

RESPOSTA ESPERADA FINAL DA PROVA DISSERTATIVA

Concurso Público do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais para provimento dos cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

CARGO: SOCIOLOGIA

Questão 01

TEMA SORTEADO: 9. Justiça ambiental e racismo ambiental.

Acerca do tema, espera-se que o(a) candidato(a) seja capaz de desenvolver seu texto em diálogo com as bibliografias pertinentes à área das Ciências Sociais, tais como aquelas indicadas no edital e outras que ele julgar relevantes. Além disso, espera-se que o(a) candidato(a) redija um texto no formato dissertativo, com introdução, argumentação e conclusão, no qual apresente uma reflexão crítica acerca do tema abordado.

Nesse sentido, é importante que o(a) candidato(a) possa contextualizar o debate sobre os conceitos de justiça ambiental e racismo ambiental. Essa contextualização implica não somente definir os conceitos, mas também historicizá-los, apontando o contexto de sua criação, sua relação com os movimentos sociais, nos Estados Unidos e no Brasil, e os problemas aos quais tais conceitos buscam responder. Espera-se, por conseguinte, que o(a) candidato(a) analise a contribuição dos movimentos sociais para a construção de um repertório teórico capaz de elucidar o entrecruzamento entre questões ambientais e sociais.

Dentre essas contribuições, destaca-se a problematização das categorias natureza, sociedade e meio ambiente, bem como de suas relações colocadas em jogo pela degradação ambiental. Espera-se que o(a) candidato(a) possa refletir sobre essa relação, questionando o quanto os chamados “desastres naturais” são puramente “naturais” ou resultado de processos históricos de exploração ambiental. Ao problematizar tal naturalidade, é esperado que, de acordo com o conceito de justiça ambiental, o(a) candidato(a) descreva como tais processos impactam desigualmente em diferentes segmentos da população, sobretudo minorias sociais, assinalando a relação destes com as desigualdades sociais e raciais.

Espera-se, dessa forma, que o(a) candidato(a) possa explicar como a exploração capitalista do meio ambiente é atravessada por marcadores sociais da diferença, tais como raça, gênero e classe social. Estes marcadores não apenas se relacionam a uma maior vulnerabilidade de certos grupos sociais frente a tragédias ambientais, mas também impactam no acesso precário destes a recursos ambientais, tais como água potável, saneamento básico, ar puro etc. Espera-se que o(a) candidato(a) possa apresentar exemplos advindos da realidade nacional e regional acerca destas problemáticas.

Partindo desta perspectiva, espera-se que o(a) candidato(a) possa relacionar o contexto local às dinâmicas do capitalismo global, em conformidade com as propostas do conceito de Justiça Ambiental. À medida em que vivenciamos um modelo econômico pautado pela exploração predatória da natureza para fins de acumulação de capital, temos como resultado a apropriação do planeta voltada a interesses excludentes. É importante que o(a) candidato(a) possa analisar como este modelo desenvolvimentista se relaciona às relações entre Norte e Sul Global, que produzem ao mesmo tempo grupos afetados e beneficiados pela degradação ambiental, ao passo que distribuem os recursos resultantes do “progresso” de forma profundamente desigual.

Deste modo, um dos lemas do movimento por Justiça Ambiental é “Poluição tóxica para ninguém”, justamente por assinalar o quanto a poluição não é democrática, não atinge a todos da mesma forma, e portanto, o quanto movimentos ambientais, especialmente aqueles localizados no Norte Global ou em regiões economicamente privilegiadas, ao não assinalarem a desigualdade, podem colaborar para o reforço da injustiça ambiental. Espera-se do(da) candidato(a) que ele(ela) seja capaz de explicar esses processos, bem como descrever quais as propostas do movimento por justiça ambiental face a esse contexto. Nesse ínterim, é pertinente que o(a) candidato(a) reflita sobre como tais movimentos possuem reivindicações epistemológicas, ligadas à forma como pensamos a própria natureza e os impactos das ações humanas sobre esta. Dentre essas reivindicações, se encontram: a desconstrução da ideia de todos os seres humanos são iguais, habitam o mesmo planeta, e portanto, serão igualmente afetados pela degradação ambiental; a contestação de metodologias científicas que mensuram os impactos ambientais sem considerar sua relação com a desigualdade social e, especialmente, racial; e por fim, a criação de novas metodologias, com parâmetros de “equidade ambiental”, que considerem diretamente as comunidades afetadas e seus saberes tradicionais na produção do conhecimento.

Goiânia, 26 de agosto de 2024.